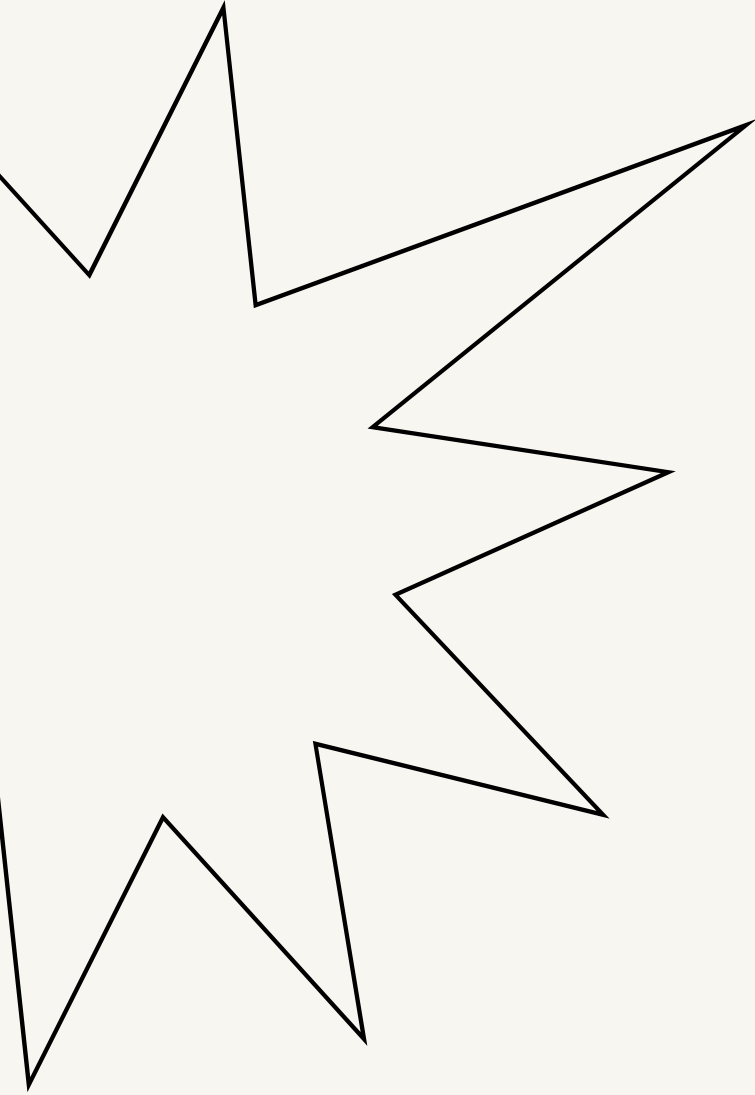


# Democracia e participação social:

## INSTRUMENTOS PARA ENFRENTAR A CRISE SOCIOAMBIENTAL, CLIMÁTICA, ENERGÉTICA E CIVILIZATÓRIA\*

Rivane Arantes\*\*



As nossas intervenções e modos de ver o mundo (e os problemas desse mundo) sempre expressam um lugar situado, e o ponto de onde dialogo aqui é o do feminismo antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Mas, para além desse território, vou me situar também a partir de outro chão que, apesar de ser bem particular, pode ser espelho do que ocorre em outras partes deste país, mesmo estando bem distante do eixo Rio/São Paulo.

Então, descentrando a geografia do saber e, portanto, a geopolítica, eu falo do Recife – Pernambuco, uma das capitais do Nordeste que é, também, uma das duas regiões mais empobrecidas e racializadas do Brasil. Segundo a ONU, o Recife é uma das 16 cidades mais impactadas pelas mudanças climáticas. Estamos falando de enchentes, deslizamentos de barreiras, doenças transmissíveis, grandes ondas de calor, secas e elevação do nível do mar, já que somos a capital do país mais ameaçada pelo avanço do nível dessas águas.

\*ARTIGO BASEADO NA CONTRIBUIÇÃO À RODA DE CONVERSA “**A DEMOCRACIA, E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL - INSTRUMENTOS PARA ENFRENTAR A CRISE SOCIOAMBIENTAL, CLIMÁTICA, ENERGÉTICA E CIVILIZATÓRIA**”, PROMOVIDO PELA **COMISSÃO SOCIOAMBIENTAL DO CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DURANTE O G-20 SOCIAL** NO RIO DE JANEIRO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2024.

\*\*RIVANE ARANTES É EDUCADORA DO SOS CORPO, MILITANTE DA REDE DE MULHERES NEGRAS DE PERNAMBUCO E DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO/AMB. É MESTRA EM DIREITOS HUMANOS PELA UFPE.

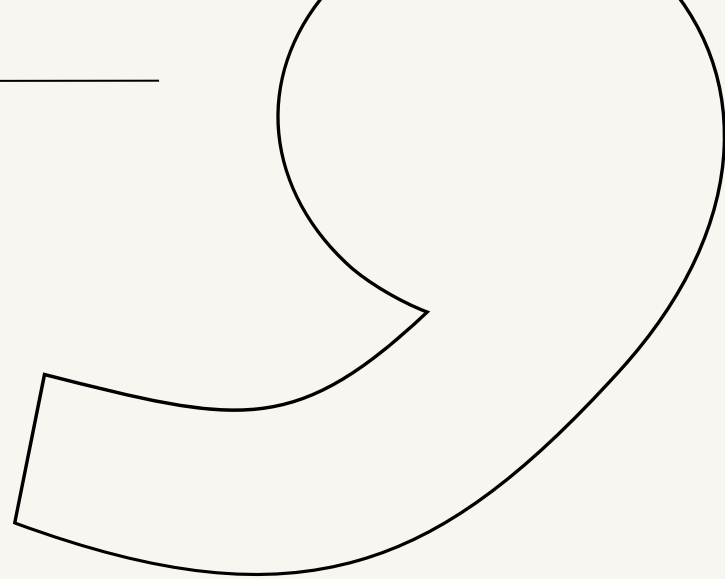
---

As previsões, bem catastróficas, são as de que muito em breve a cidade vai desaparecer do mapa, ou seja, já vivemos uma emergência climática há muito, “porque estamos abaixo do nível do mar e a cidade é entrecortada por rios” (sabemos que essa não é a questão, mas é uma das explicações mais usadas por aqui...) mas, agora, o anúncio “do fim do mundo” para nós recifenses parece estar mais próximo que nunca.

Ocorre que o Recife também é a 2ª capital entre as cidades mais desiguais do país segundo o Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), que chegou a essa conclusão analisando dados da educação, saúde, violência, assistência social, meio ambiente e direitos humanos. Não é à toa que Recife é a 2ª capital com maior taxa de desocupação e maior concentração da pobreza, o que significa na prática - 15% da população desempregada e 11,2% vivendo abaixo da linha de pobreza, um percentual bastante elevado se considerarmos seus 1 milhão e meio de habitantes, dos quais a maioria são mulheres e negras.

Já Pernambuco é o estado do Brasil com maior percentual de mulheres chefes de família, o equivalente a 53,9%. Estudos apontam que essa realidade é bem mais frequente em áreas urbanas e entre mulheres de baixa renda, onde estão as mulheres negras. Em Recife, a taxa de informalidade foi de 41,4% no 1º trimestre de 2024, segundo IBGE, acima das cifras nacionais, representando o 5º maior índice de informalidade entre as capitais do país. Importante lembrar que Recife é, ainda, a 9ª cidade mais populosa do

(1) Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/09/epidemia-de-zika-ainda-preocupa.html> (acessado em 13 de novembro de 2024).



Brasil, a 3ª do Nordeste, e onde as mulheres são maioria nesse quantitativo.

Mas não para por aí quando pensamos nos problemas enfrentados pela população mais empobrecida, que somos nós, mulheres e negras. Analisando a cidade sob as lentes da justiça socioambiental, por exemplo, dentre outros problemas, Recife vive um racionamento de água há mais de 40 anos e foi considerada o epicentro da síndrome congênita de Zika(1) no contexto da epidemia de arboviroses há alguns anos atrás. Este foi um grande problema sanitário marcado por outros adoecimentos tão ou mais graves quanto ela, como a dengue, chikungunya e até a febre amarela, situações praticamente crônicas na cidade, e que não foram suficientemente enfrentadas pelo poder público ao longo dos anos. Importante dizer que (e aqui vai uma visão feminista) os problemas causados pelas arboviroses nesta cidade somente tiveram visibilidade pública porque um deles, a chamada Zika, tem como uma das consequências, a geração de crianças com anencefalia. Esse fato gerou toda uma polêmica sobre a inviabilidade dos fetos e o consequente

---

debate em torno do aborto, sabidamente um dos temas centrais quando se trata de controle do Estado sobre nós mulheres.

Além disso, só para dar mais outro exemplo, parte do Recife que abriga um dos últimos resquícios de Mata Atlântica – a APA Aldeia-Beberibe, encravada em mais outras 8 cidades de região metropolitana, está ameaçada por um grande empreendimento destinado a construir uma escola de formação e graduação para sargentos, numa parceria entre Governos estadual e federal. Para isso, serão devastados o equivalente a 174 campos de futebol, mesmo havendo iniciativas e estudos apontando alternativas, sob protestos da sociedade civil e questionamentos de órgãos como o Ministério Público. Importante lembrar que a Mata Atlântica é o bioma mais devastado do Brasil, restando apenas 12% da floresta bem preservada hoje em todo o país.

Então, a quem interessa esse tipo de empreendimento que ignora o tamanho e as implicações da devastação e esses altos índices de desigualdade que vivemos no Recife? De quem são todas essas crises, ou melhor, quais são os sujeitos causadores dessas crises? Ou, talvez a melhor pergunta seja: quem vai pagar a conta por essas crises e os efeitos destrutivos delas? Sobre quais corpos recaem os seus impactos negativos? E, finalmente, o que isso tudo tem a ver com democracia e participação social?

A partir do que temos visto e vivido no nosso cotidiano com base na nossa leitura feminista, quem vai pagar essa

seremos nós mulheres, em particular nós negras, empobrecidas, periféricas, que vivemos nas regiões mais vulnerabilizadas deste país. Serão as mulheres que moram nos lugares de maior risco socioambiental, que aqui significa morros, alagados, córregos etc.; serão as que estão submetidas à informalidade e trabalho precário; serão as que chefiam as famílias mais desprovidas do mínimo para sobreviver. São estas as que vão pagar aquela conta. Então, o que é que tudo isso nos diz sobre democracia e participação?

Antes de responder, preciso reiterar que no nosso feminismo, que é um jeito individual de viver mas, também uma teoria sobre a sociedade e, sobretudo, uma ação organizada das mulheres para transformar nossas condições de vida... e aqui faço um parêntese - como bem disse Ângela Davis, como nós mulheres ainda estamos na base da pirâmide social, quando o mundo mudar para nós, ele mudará para todas as pessoas, então, nossa ação é para mudar as condições de vida das mulheres para poder mudar, também, as condições de vida de todas as pessoas. Para nós, democracia é muito mais que um regime político. Para nós mulheres, ela é (ou deveria ser) um modo de organizar a vida social, a vida em comum, o cotidiano das pessoas. É esse feminismo que nos lembra da imprescindibilidade da democracia se fazer no mundo todo, ou seja, ser experimentado nas nossas vidas individuais e coletivas, nas nossas casas, nas nossas camas, nas nossas relações afetivas, nas nossas organizações, sindicatos, partidos, uma grande e radical exigência de democratizarmos a própria ideia e a práxis democrática.

---

Mesmo num regime formalmente democrático e liberal como vivemos, a economia, política e cultura, o Estado e a sociedade, todos estão organizados com base em relações sociais de sexo/gênero, raça e classe social, ou seja, estão conformados e também conformam relações de exploração, opressão e desapossamento. Logo, relações desiguais, hierárquicas e contraditórias entre homens e mulheres, brancos/as, negros/as e indígenas, entre a classe que vive de seu trabalho e a que detém os meios de produção e, até, entre seres humanos e natureza. É esse amalgama que co-forma o sistema capitalista patriarcal racista, que explora e desumaniza as pessoas, esgota a natureza e se apropria privadamente dos bens comuns, contra o qual a nossa luta se realiza.

Para nós, participação, para além de ser mecanismo ou procedimento da política institucional, é um direito. Por isso, mais do que termos liberdade de escolha, manifestação e decisão sobre os destinos de nossas vidas, participação é, sobretudo, usufruir daquilo que é (ou deveria ser) comum, como água, ar, terra etc., e daquilo que é produzido coletivamente. Mais até, é poder produzir também as ideias, visões e memórias que constituem a dimensão do simbólico. Não se trata só da democracia política, mas da democracia no âmbito da economia e da cultura, porque tudo está entrelaçado, mas o sistema faz com que pensemos que tudo está desarticulado.

Pensando no problema da injustiça socioambiental, nada será sustentável ou verde numa economia cuja premissa seja o des-envolvimento. Para nós estas são

apenas simulacros do mesmo modelo de desenvolvimento que está aí, e que só se torna mais agressivo e/ou selvagem. Por isso, nada será sustentável ou verde, ou qual seja o nome ou o adjetivo que dermos ao desenvolvimento, pois ele sempre será o des-envolvimento das forças do capitalismo. Sempre servirá para acumular e concentrar riquezas nas mãos de poucos. Sempre servirá à mercantilização cujo fim é a acumulação e concentração desmedida de valores para uma classe muito pequena de pessoas, processo somente possível pela produção de excessos e resíduos e distribuição desigual da escassez para um conjunto muito grande da população.

Não nos enganemos: não há capitalismo humanizado, sustentável, verde ou o nome que queiramos dar para amenizar a forma como o capitalismo se realiza. É de sua natureza ser predador de tudo. Daí porque, antes de falarmos de transição energética, precisamos perguntar porque tanto temos de produzir energia? Por que precisamos produzir energia numa escala tão grande? Por que temos de manter esse padrão acelerado e essa dimensão na produção de energia? Isso só ocorre porque estamos submetidos/as a um modelo de desenvolvimento capitalista sustentado na produção cada vez maior e mais acelerada de coisas desnecessárias para consumo imediato e descarte. E precisamos nos perguntar por que não somos perguntados/as sobre isso? Por que também não somos nós a tomarmos essas decisões, no campo da economia e da política?

Economia verde, bioeconomia, desenvolvimento sustentável etc. e etc., nada disso funcionará para revertermos

---

a escala do mal que já foi produzido, pois todas essas soluções partem da mesma base e dos mesmos princípios da produção capitalista, ou seja, o produtivismo consumista baseado na interação destrutiva da natureza por meio de um extrativismo, que é racista e patriarcal. Esse modo de operar desconsidera o saber das populações tradicionais, os modos de vida das pessoas que moram nos territórios devastados, assim como as necessidades e os desejos do conjunto da população, porque sustentado no modelo da monocultura e propriedade, que não considera o que é necessário e suficiente para que todos/as vivam e vivam bem. Não é à toa que os que propõem tais saídas para os problemas da humanidade, contraditoriamente, são os mesmos que produzem esses problemas para o conjunto das pessoas.

Se a nossa tarefa política no Conselho de Participação Social é aconselhar o presidente Lula, diria a ele que faça uma escuta ativa dos povos tradicionais, os povos indígenas, quilombolas, os ribeirinhos, os povos do mar, as populações atingidas pelos projetos extrativistas de desenvolvimento autorizados e financiados, muitas vezes, pelo seu Governo. Mas que ele escute, sobretudo, a pluralidade das mulheres do campo, águas, florestas e cidades, pois no fim das contas são essas as mais impactadas por tais projetos. Inclusive, porque essas trabalham na produção mas, também, na reprodução, para garantir o funcionamento da máquina capitalista. Trabalham gratuitamente e de forma sobrecarregada porque ainda recai sobre elas (nós), a responsabilidade

quase exclusiva do trabalho doméstico, que é o trabalho que sustenta o mundo.

Diria ainda: escute o “chamado da floresta”, daquilo que ainda resta dela. Compreenda que o conflito é parte da transformação social. Compreenda que participar para nós, não é apenas estar numa mesa ou numa roda e dizer o que vem à cabeça, ou o que achamos que é certo. Participar é também tomar aquilo que dizemos e apontamos como importante para nossas vidas, a partir dos nossos modos de vida e dos nossos termos, como relevante também à política institucional. É compreender ainda que participação é o direito de usufruir das riquezas produzidas pela maioria das pessoas desse país, que são pessoas como nós, da classe que vive do trabalho.

Já passou da hora de inverter as prioridades para colocar no primeiro plano, num curtíssimo prazo, as situações indignas e violentas que submetem a maioria da população brasileira empobrecida, negra e feminina deste país. Esse momento está pedindo coragem. Então, se pudesse ser escutada pelo presidente, diria finalmente: não enfrente somente a pobreza, mas confronte contundentemente a riqueza, taxando as grandes fortunas e os processos de extração das riquezas naturais; imponha grandes limites às isenções fiscais às empresas, que se locupletam com os fundos públicos cujos montantes não recolhidos deveriam ser revertidos em políticas para distribuir riquezas; e enfrente, ao mesmo tempo, o problema da injusta divisão do trabalho doméstico, as longas jornadas de trabalho e a desigual distribuição de renda e terras neste país.

---

Nós todos e todas que queremos um mundo diferente e bom para todos viverem, precisaremos encarar o problema da apatia, do desencanto e da desresponsabilização coletiva com a política. Para isso, há de se lutar pela autonomia da política na relação com a economia, não para fortalecer o mito de que são dimensões separadas na vida real, mas para que os interesses de grupos econômicos privados não se sobreponham aos da política, onde a ideia de coletivo comum e de justiça, deveriam ser seus balizadores. Lutemos para fortalecer um tipo de democracia baseada no poder direto e popular do conjunto da população, algo que exige aperfeiçoamento da política de participação social e sobretudo, representativa, mas também a ampliação da consciência cidadã da sociedade.

Isso porque o que estamos vivendo, embora muito crítico, não é o fim do mundo. Ao contrário, ele pode ser apenas o fim de mais um estágio do desenvolvimento das forças produtivas do capital, de um modelo hegemônico de mundo que nos foi dado a conhecer e que achamos ser o único. Outros modos de viver e produzir a vida já estão sendo experimentados e podem nos dar pistas sobre que outros jeitos podemos nos organizar para garantir uma vida boa de se viver, para e em todo mundo. É só uma questão de ampliarmos nossas perspectivas, escutarmos os ventos que sopram de outros lugares, quem sabe do Sul, e reunirmos o que resta de nossa coragem. Não há tempo a perder. O momento sempre é o agora!



**SOS CORPO**

**Instituto Feminista  
para a Democracia**